

R E V I S T A

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. III | N° 42 - MAIO 2024



A CHANCELA DA VERDADE

EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

Leandro Costa - Editor-Chefe

Munique Costa - Editora Adjunta

Pedro Costa - Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa

Munique Costa

Redação

Leandro Costa

Munique Costa

Pedro Costa

Colunistas

Danielle Jesus

Edson Araujo

Juliette Oliveira

Leandro Costa

Mauricio Motta

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

 Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania

 revistaconhecimentocidadania@gmail.com

 @revistaconhecimentocidadania

 @revistaconhecimentocidadania

 @RevConhecimento

 @conhecimentocidadania



Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público,
professor de Direito,
idealizador do projeto
Direito nas Escolas, autor
do livro: Direito nas
Escolas e Diretor na
Associação Brasileira de
Juristas Conservadores.

Revista Conhecimento &
Cidadania

Vol. III – Nº 42

Maio de 2024

Rio de Janeiro – RJ

Menezes Costa

CNPJ 28.814.886/0001-26

ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, advogado impedido, professor de Direito, Diretor Acadêmico do projeto Direito nas Escolas e editor-chefe da Revista Conhecimento & Cidadania..

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

EDSON ARAUJO

Palestrante, estudante de filosofia e teologia.

DANIELLY JESUS

Jornalista (DRT), YouTuber, podcaster (Cafe com Dani no Spotfy), escrevo para os sites Mundo Conservador e PHVox, sou radialista na web rádio Atroz FM.



Nota do Editor

A tragédia que se abateu sobre o Rio Grande do Sul não pode ser mensurável em palavras, a destruição ainda não pode ser medida e as perdas são incalculáveis, não se trata de patrimônio, mas das vidas perdidas em razão do acontecido. As histórias que foram levadas ou soterradas pela força implacável da devastação, bem como, a situação caótica que se seguiu, são impossíveis de recuperar.

Nos resta orar para Deus dê aos sobreviventes força para, na medida do possível, se reerguerem diante das dificuldades, confortando-os e iluminando seus caminhos.

Aos que ajudaram de qualquer forma nossos irmão riograndenses, em especial os voluntários que empreenderam uma verdadeira missão de salvamento, heróis da vida real, temos que reconhecer e agradecer o esforço hercúleo, além de deixar claro que, apesar da tragédia, tais heróis deixaram claro que a humanidade ainda nutre a chama de Deus em nossas almas.

Vós, heróis voluntários, sois a afirmação maior que nos resta esperança no futuro.

Deus abençoe o povo do Rio Grande do Sul.

Leandro Costa
Editor-chefe

**“Mas não basta, pra ser livre
Ser forte, aguerrido e bravo
Povo que não tem virtude
Acaba por ser escravo**

**Mostremos valor, constância
Nesta ímpia e injusta guerra
Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda Terra”**

[Trecho do Hino do Rio Grande do Sul](#)

A chancela da verdade



A maioria das pessoas prefere os afagos de uma doce mentira, vestida de verdade, a uma verdade nua que a desagrade.

“Conta uma parábola de origem judaica que a Mentira e a Verdade, em um dia de sol, saíram a caminhar no campo. E resolveram banhar-se nas águas de um rio que se apresentava muito convidativo. Cada uma tirou a sua roupa e caíram na água. Mas, a um dado momento a Mentira aproveitou-se da distração da Verdade, saiu da água e vestiu as roupas da Verdade. Quando esta saiu da água, negou-se a usar as vestes da Mentira. Saiu nua a perseguir a Mentira. As pessoas que as viam passar acolhiam a Mentira com as vestes da Verdade, mas proferiam impropérios e condenações contra a atitude despudorada da Verdade”. A [parábola](#) nos ensina que aquele que pretende enganar, em regra, se vale de um ardil para se passar por propagador da verdade, tão somente se fantasiando de verdadeiro.

Entre a doce mentira e a árdua verdade, é evidente que a primeira receberá maior acolhimento, de maneira que, para enganar é necessário se fazer de bondoso, promovendo o conforto quando se faz necessário o confronto. Ao mentiroso são necessário quatro passos iniciais, fazer com que a mentira sirva ao seu propósito, torná-la crível, dar-lhe uma aparência atrativa e se desvencilhar seus efeitos colaterais.

Evidente que não faz muito sentido uma desinformação que não tem o condão de obter algo para aquele que a propaga, entretanto, tal objetivo pode ser demasiadamente obscuro, não sendo contatado em

razão de uma análise superficial. O fim de uma mentira não precisa ser o seu resultado natural, podendo ser a consequência de múltiplos desdobramentos que, orquestrados ou não, levaram ao resultado pretendido.

Podemos observar a título de ilustração aquilo que chamamos de novilíngua, termo cunhado por George Orwell em sua obra 1984, em que as palavras passavam por um processo de ressignificação para melhor atenderem a narrativa oficial, dificultando a comunicação em si. Ao alterar, de forma artificial, a linguagem, em especial, deturpando sua etimologia, torna-se impossível manter a comunicação natural permitindo que a história seja rearrumada conforme os anseios dos que controlam a novilíngua. Importante observar que, não somente a história é afetada por tal deformação, outras tantas áreas podem sofrer tais ataques.

A deturpação de termos não servem apenas para dar-lhes nova interpretação, mas para reorganizar as estruturas de uma sociedade, como por exemplo, o termo fascista, atualmente utilizado em sentido contrário ao original, é atribuído a indivíduos que defendem um Estado de menor alcance e liberdades individuais, de maneira que é possível rotular como herdeiros de tal nefasto regime indivíduos que se comportam e propagam ideias totalmente avessas ao fascismo em sua forma real. Tal [corrupção do léxico](#) não se presta a uma ofensa barata, mas à justificativa de ações violentas, movidas por um ódio legítimo a um regime que outrora espalhou a desgraça, todavia, os destinatários de tal ação violenta, são justamente indivíduos que nutrem ojeriza por regimes totalitários.

Ao rotular indivíduos que não comungam de sua patologia como partidários de ideologias que todos consideram nefastas, os revolucionários buscam desumanizar tais indivíduos tão somente por não se curvarem a sua intenta doentia, uma vez que, colam em seus opositores títulos como nazistas, fascistas, racistas, genocidas e outros tantos que puderem tirar de sua cartola esquizofrênica, revestem de legítimos os ataques que pretendem perpetrar, justificando, até mesmo que se afastem direitos fundamentais dos que rotularam como desalmados.



Leandro Costa

O grupo Black Lives Matters se permite pregar a [agressão contra brancos](#) como uma espécie de revide histórico às mazelas outrora impostas aos negros, entretanto, os revolucionários insistem em negar a participação dos líderes africanos no comércio de escravos, atribuindo a culpa de forma ampla aos herdeiros dos brancos. Tal proceder não se reveste apenas da defesa dos negros, mas da criminalização de brancos, uma vez que, os açoites têm como alvos pessoas que não viveram naquela época, que não defendem a escravidão ou a segregação racial, bem como, sequer guardam relações com os escravocratas ou racistas de outras épocas. Não fosse o suficientemente doentio responsabilizar descendentes distantes por gerações por atos de seus antepassados, imputam a responsabilidade do passado a todos os brancos, mesmo sem quaisquer relações hereditárias com os escravagistas ou racistas ao passo que ignoram a atuação dos antigos líderes africanos.

O grupo em questão, partidário da segregação racial como instrumento de cooptação de seguidores e ascensão ao poder, vê suas lideranças enriquecendo à custa de um acirramento artificialmente forçado entre cidadãos de uma mesma comunidade, com base em questões raciais e narrativas engenhosamente maquiadas para que sirvam aos interesses do grupo.

Importante tratar do caso George Floyd, no qual, a morte, cuja autoria foi atribuída aos policiais, teve sua causa apontada como uma [questão racial sem uma análise aprofundada do evento](#), uma vez que a abordagem decorreria de um relato e não da mera suspeita. A morte apenas servia a narrativa de um negro sendo assassinado por policiais brancos, logo, o ativismo racial classificou como uma ação racista, lançando o BLM, grupo da futura ricaça [Patrisse Khan-Cullors](#), ao estrelato da militância revolucionária. Independentemente se um indivíduo considera que a morte de George Floyd ocorreria por questões raciais, cabe uma investigação mais aprofundada, entretanto, a turba feroz, saíra às ruas, disposta a vandalizar patrimônio público e privado tão somente com base em uma suposta motivação do crime.

Direitos fundamentais como o devido processo legal também não são reservados aos seres desumanizados que ousam desafiar a horda revolucionária e, principalmente, seu senhores, por isso, é necessário que a mentira seja acolhida por grande parte da sociedade, para tanto, será repetida como um mantra até que adira a mente dos mais incautos.

O propagador da mentira precisa da aderência de grande parte do grupo, para que o conduza pelos caminhos que pretende, por isso, o objetivo final da desinformação pode ser tão oculto como o arregimentar uma turba, na maioria das vezes bestializada, para cumprir os anseios dos senhores da revolução, como o clássico exemplo dos autointitulados antifascistas, que sequer sabem o que é o fascismo real e aderem ao discurso do fascismo inserido pela novilíngua, atacando como cães adestrados

qualquer um que seus donos apontem como alvo. A bandeira antifascista é apenas a marca de propriedade afixada ao vassalo por sua iniciativa como símbolo de submissão e pertencimento a um grupo.

O propósito da mentira não será alcançado se está não for crível aos olhos de grande parte de seus destinatários, para tanto, é necessário, como na parábola, vesti-la como verdade, para que pareça convincente, ou, nos casos em que mesmo as vestes não consigam encobrir a natureza da mentira, a desinformação deverá convencer por outros meios, seja um aspecto agradável, oferecendo aquilo que o receptor deseja, ou pela promessa de acolhimento, fazendo com que o destinatário a aceite por acreditar que sua oposição acarretará o ostracismo.

Se a mentira pode se apresentar como verdadeira, qualquer um que não se aprofunde em uma pesquisa ou não receba uma outra versão, considerará a narrativa como relato fidedigno aos fatos, é aquilo que se chama de verossimilhança, parece a versão mais real e sua descrição é crível, logo, o receptor tende a acreditar. Se um grande meio de comunicação divulga algo e nenhum outro meio apresenta outra versão, naturalmente o espectador assume como verdadeira a narrativa, sendo quase impossível que a mentira seja desnuda.

Caso o destinatário perceba algo gritante no cerne da narrativa, que o faça duvidar e uma informação, em regra, questionará a mensagem e buscará outras fontes, tal hipótese levará a busca incessante pela destruição de outros meios de comunicação, impondo assim um [monopólio da informação](#). A luta da mídia mainstream contra a informação descentralizada, nada mais é que a busca por tal monopólio, garantindo assim que a mentira não seja confrontada por outras fontes.

Durante a pandemia dos últimos anos, diversos termos foram censurados no âmbito das redes sociais, impedindo que algumas informações se disseminassem ou reduzindo-lhes o alcance, bem como, a mídia mainstream, ao menos a nacional deixou isso claro, se uniu em um verdadeiro cartel de informação, ou talvez de desinformação, autodenominado como consórcio de imprensa, que permitia que as grandes redes pudessem atuar como uma única fonte e informação, nitidamente coordenada para decidir quais as notícias poderiam ou não ser veiculadas.

Evidente que, para um bom observador, as verdades não precisam ser combinadas, uma vez que a notícia apenas traria os fatos à tona, entretanto, a desinformação, por se tratar de resultado da inventividade humana, precisa ser ensaiada e suas arestas, quando possível, aparadas. Não há como deixar e suspeitar de uma associação de meios de comunicação para que pudessem tratar de um determinado assunto, soando-se a atuação censora das plataformas e de órgão governamentais.

A credibilidade o emissor é igualmente importante, sendo indispensável que o destinatário acredite que a fonte de informação goza de seriedade e não nutre um desejo oculta acerca da notícia ora veiculada,

Leandro Costa

o posicionamento velado, portanto dissimulado, dos comunicadores, inevitavelmente, resultam em perda de confiança quando desmascarados. Para ilustrar, uma mídia claramente enviesada goza de maior credibilidade em se comparando àquelas que se declaram, via de regra falsamente, como fontes isentas de informação, justamente, pelo fato de incutir em sua mensagem aquilo que pretendem promover.

Os meios de mídia que se declaram como imparciais quase sempre estão mentindo descaradamente, vestindo-se com as roupas da verdade, uma vez que, a realidade é, de fato, imparcial, pois é maior que os desejos humanos e não se curvará aos interesses políticos ou ideológicos de qualquer que seja o grupo. A parcialidade declarada, por outro lado, rotula o meio de comunicação como partidário, afastando quem busque a informação menos enviesada, entretanto, sendo do conhecimento do receptor a inclinação do emissor,

Desprovido de credibilidade institucional, resultado naturalístico das constantes deturpações e da exposição de suas mentiras por terceiros, o propagador da desinformação tentará alicerçar sua narrativa em outras bases de legitimidade, tal como, estatísticas e teorias com a chancela de autoridade, portanto, precisará apresentar dados que podem ser corrompidos na origem ou distorcidos pelo próprio agente interlocutor.



As estatísticas se prestam como fontes aos argumentos, seja em um debate, em uma notícia ou para sustentar uma tese, entretanto, quando o objetivo é a desinformação, só serão válidas aquelas que sirvam para embasar a mentira, de tal forma que os dados que indiquem o contrário serão suprimidos ou

corrompidos, por vezes, o levantamento direciona o resultado, criando uma estatística falsa cuja única serventia é balizar a desinformação que se seguirá. Recentemente foi exposto que alguns grupos, que supostamente trabalham com levantamento de dados estatísticos, são sectos ideológicos intimamente ligados a um espectro político.

Recentemente, após sugerir que uma apresentadora da maior rede de comunicação do Brasil corrompera uma pesquisa do grupo que integrava, uma [pesquisadora foi “demitida”](#) de tal grupo, o que a fez relatar a existência de uma organização que coordena a ação de influenciadores, que talvez possa atuar junta à mídia mainstream. Os pontos mais importantes que devemos avaliar é que o grupo de pesquisa que desligou tal integrante é parte da Universidade de São Paulo, instituição de ensino pública, mas que, assim como a maioria, parece ter clara inclinação política, por mais que não assuma tal postura, de maneira que, em tese, quaisquer estatísticas ou estudos oriundos daquela instituição de ensino devem ser encaradas como tendenciosas. Nota-se que o termo tendenciosas é justamente compreender que tais pesquisas, em sua maioria, devem ser, em regra, descartadas, posto que, uma vez que se sabe a inclinação de determinado emissor, podemos considerar que suas informações tendem a confirmar sua visão, infelizmente, o campo acadêmico se curvou à ideologia e tal prática é cada vez mais comum.

A denúncia, se confirmada, aponta a mídia mainstream distorceu fatos, que ao ser desmentida atacou a pesquisadora para extirpá-la do grupo que serve como fornecedor de estatísticas, nada confiáveis, enquanto um parceiro do baixo clero, mais exaltado, a rotulou como [pertencente ao espectro político oposto](#), o que, data máxima vênua, trata-se de mais uma mentira. Em síntese, a estatística feita sob encomenda deveria ser descartada, bem como, a opinião de pseudocientistas que servem a agenda política e atuam como criadores de teorias que dão verniz de conclusões científicas aos devaneios ideológicos revolucionários.

A luta pelo controle da informação passa por calar as vozes dissonantes, fazendo com que a opinião de um grupo, no geral a mídia mainstream e alguns satélites, possam incutir sua mensagem na mente dos indivíduos sem o risco de serem desmentidos, autoproclamando-se como opinião pública, termo doentio que subtrai a opinião sobre um tema da sociedade para transferir a uma elite das comunicações. Tal pensamento, que sequer deveria ter existido, com o advento das redes sociais restou superado, exceto pelo grupo que outrora controlava a informação e luta para se manter relevante, afinal, quando se diz que um canal de mídia faliu, em regra, não se trata da derrocada financeira de tal instituição, mas na perda substância do seu poder de convencimento, uma vez que, subtrair a expressão da sociedade e utilizá-la de forma mercantil, inclusive em relação ao Estado, é o que faz um agente de

comunicação grande, o ostracismo é a maior punição para quem vive da informação, ou mesmo, da desinformação.

Como ignorar o caso do “[Grande Henrique](#)”, um suposto entrevistado aleatório que se tornou uma figura mais que presente em transmissões ao vivo do maior canal de mídia brasileiro, uma atitude, a princípio patética de um grupo que, na ânsia por maquiar a mentira, criou um falso entrevistado para que sua matéria não confrontasse a realidade. O caso Henrique, em si, deveria ser o suficiente para joar em uma vala fétida a falsa credibilidade do grupo de comunicações, todavia, o que sustenta tal veículo é que o menor alcance da informação daqueles que identificaram a mentira e se dispuseram a expô-la.

Evidente que a grande mídia, incapaz de reconhecer publicamente seus erros ou má-fé, poderá transferir a Henrique a responsabilidade por suas repetidas entrevistas, alegando que os encontros ente o entrevistado e a emissora, nada aleatórios, eram engenhosamente direcionados por Henrique, assumindo a premissa que se apresentava ao entrevistador que não sabia que a figura repetida estava a sua frente. Estranhamente, o Grande Henrique nunca contradisse a proposta inicial da matéria, sendo certo que seu esforço seria infrutífero e a própria emissora deveria o identificar.

O controle das redes sociais, que na verdade deve ser tratado como centralização da informação, pois o único objetivo é [suprimir e sufocar a informação descentralizada](#), mantendo a comunicação sob o controle de um grupo central, é essencial para que a mídia mainstream sobreviva, pois suas narrativas não serão desmentidas por quem quer que seja, uma vez que, o aparato estatal funcionará para reprimir aquele que se dispõe a contrapor os argumentos do cartel da informação.

Os revolucionários precisam calar que traga uma alternativa a sua narrativa relativista, portanto mentirosa, de mundo como podemos ver em [uma flagrante confissão](#).

“Sectários da direita estão saindo, sem qualquer constrangimento, do silêncio conveniente de algum tempo atrás, para a efervescência de suas manifestações contra os avanços sociais e, por consequência, tentando corroer as conquistas democráticas. Percebe-se o uso de uma retórica virulenta e incendiária com o propósito de demonizar tudo o que possa ser considerado como ideia de esquerda. O objetivo é inflamar consciências, especialmente dos que não se dão ao trabalho de pensar por si próprios, buscando ampliar a conquista de espaços eleitorais”.

Nota-se que o tão desejado “silêncio conveniente”, nada mais é que a submissão das pessoas que o autor observa como partidários do espectro político à direita, que, na concepção do referido articulista, gozam tão somente do direito ao silêncio, talvez pelo bem da democracia. Em sua clara visão autoritária, prega que um número indiscriminado de indivíduos se prostrem perante os revolucionários e mantenham

Leandro Costa

o silêncio, deixando de propagar suas ideias, em nome dos ideais republicanos, do progresso e das conquistas que o autor alega serem frutos da ação de seu espectro ideológico.

A falta de credibilidade da mídia mainstream não resulta da ação daqueles que a confrontam, mas de sua própria atuação, uma vez que, ao inserir cada vez mais narrativas fantasiosas que são derrubadas quando outras versões são expostas, a mentira acaba por ser despida e a roupa da verdade não mais a cobre, assim, resta atacar quem pode se opor a sua propagação de desinformação. Far-se-á necessário o emprego da força, portanto, o Ministério da Verdade utilizar-se-á de [meios coercitivos](#) para intimidar, calar e, até mesmo, açoitar que quer que ouse desafiá-lo, momento em que o poder entra em campo através do Estado.

O Ministério da Verdade, que inicialmente era composto pela mídia mainstream e a academia, através da comunicação, passa a atacar as pessoas que considera como obstáculo, desumanizando-as por meio da constante difamação, a chamada política do cancelamento e a rotulação dos títulos mais abjetos, justificando assim que direitos fundamentais, como o devido processo legal, sejam retirados de tais indivíduos, enquanto o meio acadêmico se encarrega de arregimentar mais súditos e elevá-los às posições em que possam servir aos senhores da revolução, enxertando as casas legislativas, os órgãos jurisdicionais e de fiscalização de leis seguidores dos mestres revolucionários que fazem com que a máquina punitivista se preocupe mais em reprimir vozes dissonantes aos [crimes mais atrozes](#).

Cabe ressaltar que a mente revolucionária só considera como crimes graves pensar e propagar ideias contrárias à revolução, haja vista que, sua única meta é o poder pelo poder. [Admitindo que a pena capital seja aplicada aos que discordem de sua utopia](#), em que pese, considere tal sanção descabida até nos casos de crimes hediondos, admitindo que nenhuma infração importa tanto quanto desafiar sua mente translocada, todavia, parece comum que autoridades, incluindo o campo das ciências jurídicas assimilem tais premissas como verdadeiras, considerando normal a aplicação de [penas maiores aos desafetos](#) que aos maiores [algozes da sociedade](#).



Feminismo e contradições
Mulheres Bíblicas: PARTE II
Miriam



Quem foi Miriam?

Miriam é mencionada na Bíblia como a irmã mais velha de Moisés e Arão. Desde sua infância, Miriam mostrou-se uma mulher corajosa e líder inspiradora. Ela desempenhou um papel significativo na libertação do povo de Israel da escravidão no Egito. Sua história está registrada nos livros de Êxodo e Números.

Miriam é filha de Joquebede. Sua mãe, confiando em Deus, escondeu Moisés em uma cesta e o depositou nas águas do rio, esperando que ele fosse protegido. Curiosamente, a filha do faraó encontrou a cesta e decidiu adotar o bebê como seu próprio filho. Na época, o faraó do Egito havia ordenado que todos os bebês hebreus do sexo masculino fossem mortos. Como Miriam vigiava de longe o que aconteceria ao irmão, quando a filha do faraó pegou o menino, Miriam se ofereceu para buscar uma ama entre as hebreias que pudesse criar Moisés. Assim, Joquebede acabou sendo contratada para criar o próprio filho como ama até que ele crescesse.

Juliette Oliveira

Miriam demonstrou coragem e cuidado ao acompanhar o destino de Moisés (Êxodo 2, 4). Também soube intervir com cautela no momento necessário quando ofereceu buscar uma ama para a nova criança. (Êxodo 2, 7-9).

Mais tarde, se tornou uma líder influente entre os israelitas. Ela foi uma profetisa e desempenhou um papel crucial na jornada do povo pelo deserto. Seu cântico de louvor após a travessia do Mar Vermelho é registrado em Êxodo 15.

Em suma, Miriam é uma figura essencial na proteção e criação de Moisés, além de desempenhar um papel significativo na história de libertação de Israel.

A história de Moisés muitas vezes se concentra apenas na figura dele. Muitas vezes é esquecido que existem personagens coadjuvantes por trás de todo protagonista. Na Bíblia, isso não é diferente. Moisés existe devido a audácia de sua mãe e irmã. Se tentarmos mergulhar na história, certamente o faraó sabia que o bebê acolhido por sua filha era um hebreu. E provavelmente não gostou da sua filha ter acolhido um de seus inimigos. Contudo, não teve coragem de mostrar o carrasco que era para sua filha.

Por outro lado, a mãe de Moisés arriscou uma dose de ousadia ao colocar o cesto com o bebê onde a filha do faraó se banhava. O desfecho poderia ter sido diferente.

Miriam, assim como sua mãe Joquebede, é uma figura feminina que quebra o discurso de que as mulheres não são ouvidas e que a Bíblia não dá importância às mulheres. Miriam é mais uma prova de contradição para o feminismo, que muito prega e pouco interfere nas necessidades reais das mulheres.

Não era uma boneca

Infelizmente, por mais que a Bíblia contenha palavras de esperança, nem sempre a realidade é tão reconfortante. Acabamos de passar pela segunda data festiva no Brasil mais lembrada do ano, o dia das mães. E quantas mães deixaram de celebrar esse dia por conta de uma tragédia? Uma calamidade, uma fatalidade, uma perda irreparável.

Estamos em maio de 2024, no estado brasileiro Rio Grande do Sul. Muita chuva é anunciada. Uma barreira se rompe. Casas são levadas durante a madrugada. Vidas são retiradas pela água. Se por um lado alguns renascem pela água, assim como Moisés que foi resgatado, por outro lado, temos muitos arrastados pela força das águas.

A água não teve misericórdia alguma. A mídia menos ainda. A água não tem consciência, só passa e arrasta o que vê pela frente. O ser humano, não. O ser humano tem consciência e poder de escolha. Enquanto, alguns perdiam suas vidas; outros vivenciavam um verdadeiro circo dos horrores.

A vida deixou de ter valor. A vida deixou de ter valores cristãos. A vida não vale mais nada. E da noite para o dia, famílias inteiras sumiram do mapa. Da noite para o dia, perdeu casa, perdeu trabalho e

Juliette Oliveira

carro, perderam mãe, pai, tio, tia, filhos, crianças e bebês. A vida é passageira. No resgate de barco, a boneca na água não era uma boneca. A vida se perdeu diante da água e do barro.

Enquanto, uns largaram tudo para se doar e fazer seu povo ter um pouco de esperança no dia de amanhã; outros, buscaram holofotes para autopromoção. Outros divulgam chaves Pix falsas para lucrarem em cima da desgraça alheia. Porém, nem tão alheia. É humano como a gente, desaparecido no meio do barro e da lama.

Verdade seja dita. A desgraça pode parecer que acontece só com o vizinho. Mas somos vizinhos dos nossos vizinhos. O desdém feito ao outro hoje, pode ser feito a nós no futuro.

Era um bebê morto!

Não era uma boneca. Era um bebezinho afogado pela força sem escrúpulo algum pela força da correnteza. Podia ser o meu bebê, podia ser o seu bebê. Era o bebê de uma mãe. Mãe perdida e abandonada. Será que mãe viva?

Até quando vamos deixar o sofrimento do nosso povo de lado e fechar os olhos acreditando que o problema não é nosso, não é meu?

Até quando vamos deixar que o descaso com o nosso povo mate nossos bebês? Nosso futuro? Nossa próxima geração?

Até quando vamos nos calar e continuar coniventes com o descaso dos governantes? Até quando seremos coniventes com a maldade? Até quando?

Você mais uma vez, está sendo convidado a fazer a diferença!

Seja corajoso, seja forte, seja audacioso.

Seja como Miriam, uma irmã cautelosa e zelosa.

Assim como Miriam intercedeu pelo seu irmão, sejamos também intercessores dos que sofrem.

Caxias

O patrono e as melancias



O Exército brasileiro é conhecido por ter sido ao longo de sua história, o berço de incontáveis exemplos de bravura, patriotismo e abnegação. No dia 7 de maio de 2024, completaram-se 144 anos desde a morte de um dos mais importantes personagens da história do Brasil: Luís Alves de Lima e Silva, conhecido por nós como o duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro. Mas, aparentemente, o Brasil, tão pródigo de nomes memoráveis, vem esquecendo o velho duque caxiense.

Tanto intransigente quanto conciliador, o duque de Caxias foi visto como herói por alguns e como genocida por outros. Compreendidas as incompreensões, chegou o momento de se entender a sua verdadeira importância histórica.

"Há muito que narrar", Escagnolle de Taunay começava desta forma seu discurso diante do caixão de Luís Alves de Lima e Silva. Realmente, sua vida foi cheia de eventos significativos, entrelaçando-se com a própria trajetória do Império do Brasil. Em 1822, ano da independência, era tenente, o primeiro grau do oficialato; atingiu o auge como militar e recebeu o título máximo de nobreza durante a Guerra do Paraguai, quando o Império demonstrou sua maior força, e faleceu em 1880, no período em que simbolicamente o Império começava a enfraquecer.

Em 25 de agosto de 1803 nascia Luís Alves de Lima e Silva, na fazenda São Paulo, na Baixada

Maurício Motta

Fluminense, no atual município de Duque de Caxias, que naquela época apresentava características de região interiorana, bastante distinta da província do Rio de Janeiro. Nasceu em uma área predominantemente agrícola, que ainda produzia café, laranjas, farinha de mandioca, entre outros produtos para a subsistência da população local, e era descendente de uma família com tradição militar.

Como tenente, foi rapidamente incorporado ao Batalhão do Imperador, subordinado diretamente a Pedro I. Combateu na Bahia em 1823 as tropas do general Madeira, leais a Portugal. Foi então promovido a capitão, e enviado ao sul para lutar contra as tropas de Buenos Aires na Guerra Cisplatina (1825-1828), pela posse da margem Oriental do rio Uruguai. Terminada a guerra, foi promovido a major e voltou à corte, novamente no Batalhão do Imperador, onde experimentou uma situação peculiar que revelou sua personalidade. Em 1831, seu pai, Francisco de Lima e Silva, que era então comandante das forças militares da capital, integrou o movimento contra a postura autoritária de D. Pedro I. O Imperador então perguntou ao jovem major Lima e Silva sobre sua postura diante daquela revolta, e a resposta foi que entre o amor a seu pai e o dever para com a coroa, ficaria com a coroa. Aquela resposta agradou ao imperador, que o dispensou de lutar contra os revoltosos, argumentando que não desejava derramamento de sangue brasileiro. Em verdade o Imperador buscava evitar que pai e filho estivessem lutando em lados opostos, o que na hipótese mais piedosa causaria um forte desconforto familiar, enquanto que na pior delas, poderia provocar uma tragédia em família. Mais tarde, Caxias teria dito que entre os riscos de praticar uma injustiça e o de haver desordem, preferia o primeiro a qualquer outro.

Já coronel, Lima e Silva assumiu a Presidência e o comando militar do Maranhão em 1831, com a missão de acabar com a revolta Balaiada, movimento que era caracterizado por estar permeado de questões sociais. Após derrotar os rebeldes, tendo morrido o líder balaio Manuel Francisco do Anjos Ferreira, o coronel Lima e Silva anistiou cerca de 3 mil deles. Em 1847, Domingos José Gonçalves de Magalhães escreveu, na sua “Memória Histórica da Revolução da Província do Maranhão”, que Lima e Silva se portou com grande dignidade, e conquistara o respeito da população, agindo no sentido de impedir as arbitrariedades de funcionários do governo local, contra os políticos de oposição.

Fica revelada aqui uma faceta de Lima e Silva, a do grande conciliador, muitas vezes ofuscada pela figura do “pacificador”. Apesar de ter sido de fato um elemento de pacificação, esta dimensão foi exagerada por autores tanto no contexto civil quanto no militar. Aqueles autores buscaram dar ênfase à atuação de Caxias na repressão a rebeliões provinciais, o que formataria uma justificativa acadêmica para a centralização política e o controle da atuação da oposição, tanto no Estado Novo (1937-1945) quanto no regime militar posterior a 1964. Ou seja, em momentos de crise, o uso da força seria justificável como uma via para a construção da paz. Caxias era firme na defesa da ordem constituída, mas, a partir do momento em que se via em posição de vantagem sobre os rebeldes, buscava conciliar os rebelados, procurando integrá-los, evitando a desumanidade tão comumente dirigida aos prisioneiros e ainda,

concedendo-lhes anistia.

Analistas e mesmo líderes dos períodos autoritários, foram quase unânimes em apresentar à opinião pública um perfil do duque de Caxias disciplinador, mas foram bem menos explícitos quanto ao duque de Caxias disciplinado, um militar obediente ao poder civil. Este comportamento fica patente em seus atos e declarações, como a que fez ao deixar a Presidência do Maranhão: “Sou militar e, como tal, sempre obedeci e obedecerei às autoridades legalmente constituídas”. Cerca de vinte anos depois, na sessão do Senado de 19 de agosto de 1861, reforçou seu alinhamento firme à obediência e à ordem, ao dizer que “em toda minha vida tomei por norma obedecer sempre, sem hesitar, as ordens do governo”. Em sua forma de ver, o poder militar subordinava-se ao poder civil, e a grandeza do país estava vinculada à ordem e ao fiel respeito às autoridades do Estado.

Como forma de reconhecer sua importante atuação na repressão à Balaiada, Lima e Silva recebeu o título de barão de Caxias em 1841, passando a brigadeiro e sendo eleito deputado pela província do Maranhão. Por volta de 1842, derrotou as revoltas liberais de São Paulo e Minas Gerais; a seguir, uma nova responsabilidade: foi nomeado presidente e comandante militar do Rio Grande do Sul, para enfrentar e derrotar os revoltosos farroupilhas. Estes acusavam o poder central de aumentar impostos e não proteger a indústria de charque gaúcha contra a importação desse produto vindo do Rio da Prata.

A revolta Farroupilha foi naquele momento um grave desafio à construção e centralização do Estado monárquico. Tendo começado em 1835, já no ano seguinte os revoltosos proclamaram a República Rio-Grandense, sendo seguidos pelos catarinenses com sua República Juliana. A resistência dos rebeldes dificultava o sucesso total das forças imperiais, porém, quando Caxias assumiu o comando, as perspectivas de vitória dos rebelados eram praticamente nulas. Eles persistiam na luta para obter concessões do governo central, tais como anistia, benefícios financeiros e dispensa do serviço na Guarda Nacional. Essas demandas foram finalmente atendidas quando Caxias e o General farroupilha Canabarro selaram a paz em 1º de março de 1845.

Em reconhecimento aos seus serviços, Caxias ascendeu ao posto de marechal-de-campo, recebeu o título de conde e foi nomeado senador pelo Rio Grande do Sul em 1845. Essa posição, de caráter vitalício, foi designada por Pedro II a partir de uma lista que incluía os três candidatos mais votados na província. Sua atuação no Senado foi discretamente marcada, uma vez que seu tempo era majoritariamente dedicado a questões militares e governamentais, ocupou o cargo de ministro da Guerra por duas vezes e foi presidente do Conselho de Ministros em três ocasiões. Além disso, importa destacar que não tinha grande apreço pela atividade legislativa.

No âmbito internacional, Caxias participou ativamente das quatro guerras travadas pelo Império no Prata e liderou as forças brasileiras em três delas: contra Manuel Oribe no Uruguai em 1851; contra Juan Manuel de Rosas na Argentina em 1852, ano em que foi agraciado com o título de marquês; e na mais

Maurício Motta

desafiadora delas, contra Solano Lopez no Paraguai, entre 1866 e janeiro de 1869.

Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), após mais de um ano de conflito, as tropas aliadas – argentinas, brasileiras e uruguaias – encontravam-se em um impasse, incapazes de avançar no território inimigo. Em setembro de 1866, sofreram uma derrota significativa em Curupaiti. Nesse contexto crítico, o presidente do Conselho de Ministros, o liberal Zacarias de Góes e Vasconcelos, solicitou a Caxias que assumisse o comando das forças brasileiras no Paraguai. Ao aceitar liderar um exército que enfrentava desorganização e desmoralização, Caxias colocou em risco não apenas uma carreira repleta de triunfos, mas também, aos 63 anos de idade, sua própria saúde, diante das adversidades impostas pelas duras condições do território onde a guerra era travada.

Durante sua atuação no Paraguai, Caxias revelou sua competência como comandante, apesar de enfrentar muitos desafios. Sua habilidade estratégica permitiu a destruição do poder militar inimigo, embora o desfecho da guerra tenha sido consolidado apenas com a morte de Solano Lopez em março de 1870. Em agosto de 1868, Caxias, juntamente com seus colegas do Partido Conservador, que haviam retomado o governo no Brasil, advogou pela cessação das hostilidades, porém, acatou a ordem de Pedro II para prosseguir com o conflito. Argumentava que a guerra não mais se justificava, uma vez que a honra brasileira já havia sido restaurada com as derrotas impostas a Solano Lopez. Além disso, o Paraguai não representava mais uma ameaça militar significativa, e a continuidade do conflito acarretaria em mais sacrifícios financeiros e humanos para o Império. Essa proposta de encerramento do conflito refletia o sentimento predominante no Brasil, onde a guerra estava se tornando cada vez mais impopular.

Enfrentando grandes sacrifícios pessoais e superando suas próprias angústias e incertezas, Caxias conseguiu dismantlar o poder militar paraguaio. Seu comando, e também sua retirada do Paraguai em janeiro de 1869, por ordens médicas após ter sofrido um desmaio, foram alvos de diversas críticas naquele momento, principalmente por opositores com interesses políticos. Ao retornar ao Rio de Janeiro, sua chegada foi discreta, sem celebrações populares ou qualquer cerimônia oficial, no entanto, logo em seguida, foi agraciado com o título de duque. As adversidades enfrentadas no campo de batalha, juntamente com essas críticas, tiveram um profundo impacto em Caxias, deixando-o amargurado. Em uma carta escrita em agosto de 1869 ao general Osório, seu camarada no Paraguai, ele expressou sua desilusão: “Quando era moço, meu amigo, não sabia explicar a razão por que todos os velhos eram egoístas, mas, agora que sou velho, é que vejo que eles são assim pelas decepções e ingratidões que sofrem, no decurso de sua longa vida. Ao menos a mim isso acontece (...).” Tal amargura pode ter influenciado sua decisão de recusar honras militares em seu funeral e de pedir para que seu caixão fosse carregado por seis simples soldados, um desejo que foi respeitado.

A associação de Caxias com o Exército, estabelecida desde os anos 1920, gerou uma série de interpretações emocionais sobre sua figura histórica. Nas décadas de 1970 e 1980, o revisionismo da

Maurício Motta

Guerra do Paraguai, ao erroneamente culpar o imperialismo inglês pelo conflito, retratou o duque quase como um genocida. Muitos intelectuais da oposição aderiram a essa narrativa por motivos ideológicos, visando minar a legitimidade do regime militar ao comprometer a imagem de Caxias. No entanto, os tempos mudaram. Com a redemocratização do Brasil e o término da Guerra Fria, tornaram-se possíveis análises mais imparciais do papel histórico de Caxias. Com novas pesquisas sobre sua vida e obra, parafraseando Escragnolle de Taunay, certamente “há muito que narrar”, porém, muito mais que narrativas.

Por enquanto, ficamos com seu exemplo de militar que cumpriu seu dever, acima de tudo, e que se manteve fiel à pátria e a seus mais caros valores. De Caxias saíram muitos exemplos. Se vivo fosse, sua farda seria menos pomposa, diferente da que envergava noutros tempos, mas seu brio e seu valor seriam os mesmos, inspirando as tropas a servir ao Brasil e aos brasileiros.

Quanto ao município de Duque de Caxias, sua terra natal, antes tão afastado do centro das decisões no Rio de Janeiro, em razão do crescimento urbano agora faz parte de sua região metropolitana. Não é mais um município agrícola, mas tem no refino de petróleo seu carro chefe. Suas terras não produzem mais aqueles itens que mantinham sua prosperidade nem outros que garantiam sua subsistência. De Caxias, não sai mais café, laranjas, farinha de mandioca, nem mesmo melancias, estas últimas são compradas, e vendidas.

Livraria

Livraria

Curso Menezes Costa

The advertisement for the Livraria Curso Menezes Costa features a dark blue background. At the top center, the text "Livraria" is in a large, white, sans-serif font, and "Curso Menezes Costa" is in a slightly smaller, white, sans-serif font below it. To the left of the text is a logo consisting of a laurel wreath enclosing a balance scale and an open book. Below the logo, the text "MENEZES COSTA" is in a small, white, sans-serif font, and "COM CONHECIMENTO SE CONSTRÓI CIDADANIA" is in a smaller, white, sans-serif font. Below the logo and text, there are three book covers. The first book cover on the left is for "REVISTA CONHECIMENTO & CIDADANIA" (Vol. 1, 2ª Edição Especial, DEZEMBRO 2022). It features a golden illustration of a warrior standing on a rocky shore, holding a spear and a shield, with a sunset in the background. The text "E-book 2ª edição especial" is in green at the bottom. The second book cover in the middle is for "REVISTA CONHECIMENTO & CIDADANIA" (Vol. 1, 1ª Edição Especial - MAIO 2022). It features a collage of various images, including a person in a red shirt, a person in a blue shirt, and a person in a yellow shirt. The text "Edição especial" is in green at the bottom. The third book cover on the right is for "Direito nas Escolas" (Volume I, Noções de Direito Constitucional para alunos do Ensino Médio). It features a dark blue background with a balance scale and a stack of books. The text "Direito nas Escolas" is in white, and "Volume I" and "Noções de Direito Constitucional para alunos do Ensino Médio" are in a smaller, white, sans-serif font.

Danielly Jesus

O jornalismo é para os valentes A publicidade é para o Governo



A Organização das Nações Unidas (ONU) determinou, em 20 de Dezembro de 1993, a criação do *Dia Mundial da Liberdade de Imprensa*. Há uma frase interessante, atribuída a George Orwell, que queria reproduzir aqui: “Jornalismo é publicar aquilo que alguém não quer que se publique. Todo o resto é publicidade.”

Entrei na faculdade de jornalismo em 2009, precisei abandonar em 2011, e a pouco tempo retomei o curso. Mesmo com quase 15 anos de distância, o discurso acadêmico permanece: “o jornalismo deve ser imparcial, deve ouvir os dois lados da história, deve mostrar fatos, ainda que incômodos”. Contudo, há um abismo entre o discurso acadêmico e a realidade que nos cerca.

Na verdade, a chamada “*mídia tradicional*”, aquela que se diz imparcial, tem mostrado que possui lado, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo; e claro, a imprensa escolheu o lado progressista da força.

Com isso, veículos mais direcionados ganharam força nos últimos tempos: a *Gazeta do Povo*, jornal com mais de cem anos de tradição, foi um dos poucos que não se rendeu à agenda e tem se mantido íntegro; a *Revista Oeste*, nascida em 2020, tem se destacado ao mostrar verdades em tempos de jornalismo bancado pelo governo.

Danielly Jesus

Não penso ser errado existir um veículo mais à direita (*Revista Oeste*) ou mais à esquerda (*Revista Fórum, Brasil 247, etc*); acredito que com esta pluralidade, o público tem liberdade de pesquisar e apurar por si próprio nos fatos e tirar suas próprias conclusões. Isso se chama liberdade.

Mas, sabemos que, assim como nas ditaduras ao redor do mundo, o Brasil está passando por um momento muito delicado no que diz respeito à liberdade de imprensa. Desde 2019, com a censura contra a Revista Crusoé, jornalistas veem dificuldade em trabalhar por medo de que o judiciário (e agora, o governo) intervenha.

A matéria “*O amigo do amigo do meu pai*”, da Crusoé, mostra que o ministro *Dias Toffoli* mantinha relações com a empreiteira Odebrecht, a mesma empresa que possuía uma lista de “*beneficiários*” de suas propinas. Quem não se lembra dos codinomes “*Montanha*” (Paulo Pimenta), “*Amante*” (Gleisi Hoffman), “*Nervosinho*” (Eduardo Paes), “*Avião*” (Manuela D’ávila) e “*Amigo*” (Lula)?

Em Março do mesmo ano, *Alexandre de Moraes* abriu o inquérito mais escandaloso da história do Judiciário, o conhecido “*Inquérito das Fake News*”, ou chamado pelo ex-ministro *Marco Aurélio*, “*Inquérito do Fim do Mundo*”; isso porque Moraes é o criador, relator e julgador de todo o processo (que não foi encerrado) e que um ministro do Supremo jamais poderia ter tal procedimento. E foi contra a matéria da Crusoé que Moraes iniciou sua inquisição contra todo e qualquer veículo e jornalista que publicasse algo que ele, Moraes, considerasse mentira.

A situação foi tão escandalosa na época que até o site *GI* (do grupo Globo) chamou a ação de censura. A chamada diz “*STF censura sites e manda retirar matéria que liga Toffoli à Odebrecht*”. Desde então, a perseguição escalonou.

Em 2022, ano de eleição presidencial, houve a maior manobra já realizada desde a Proclamação da República para que um candidato fosse eleito: Moraes, à época, presidindo o Tribunal Superior Eleitoral, acatou mais ações de Lula contra Bolsonaro do que o exato oposto; contudo, a pior de todas foi a movida contra o Grupo Jovem Pan.

A pedido da Coligação Brasil da Esperança – de Lula – três direitos de resposta ao petista foram concedidos a mando do TSE por falas feitas por jornalistas da emissora. O pedido diz que comentaristas da emissora teriam proferido “*falas de conteúdo ofensivo e divulgado informações retiradas de contexto desfavoráveis ao ex-presidente*”. Também foi decidido que os jornalistas não poderiam falar sobre o assunto, sob pena de multa diária para o canal e para os jornalistas de R\$ 25 mil.

Não, o leitor não entendeu errado: JORNALISTAS FORAM IMPEDIDOS DE FALAR O QUE PENSAM EM REDE NACIONAL.

Danielly Jesus

O jornalista especialista em celebridades, conhecido como *Fefito* (que, inclusive, trabalhou na Jovem Pan), teve acesso a circular de dentro da emissora que dizia:

“Caros, com base em decisão do TSE proferida nesta segunda-feira, estamos orientados pelo jurídico a não utilizar as seguintes expressões nos programas da casa: Ex-presidiário, Descondenado, Ladrão, Corrupto, Chefe de organização criminosa. Além disso, não devemos fazer qualquer associação entre o candidato Lula ao crime organizado. E mais: as críticas aos ministros e ao judiciário não são recomendadas pelo nosso jurídico neste momento.”

O momento mais emblemático para mim, particularmente, foi o que assisti ao vivo na época, no programa *Os Pingos nos Is*, a jóia da emissora. *Ana Paula Henkel* foi interrompida pelo âncora, *Vitor Brown* (que não queria fazê-lo) e, quando foi chamada no próximo bloco, Ana leu uma receita de bolo.

Sei bem que os comunistas saudosistas da revolução dizem que jornais da época eram censurados e tinham que publicar receitas no lugar de determinadas matérias, e de fato, isso ocorreu. Mas, em 1964 era ditadura, e hoje é o quê? Para eles, “*democracia*”.

Para combater supostas notícias falsas publicadas em desfavor do governo, foi criado em 2023 o site *Brasil contra Fake*. Segundo consta no próprio site, a campanha “*tem como objetivo fornecer informações públicas relacionadas ao governo federal de maneira acessível e interconectada. Isso é crucial para combater a desinformação, uma vez que as informações são apresentadas de forma clara e didática, fazendo referência direta às fontes legais, decretos e publicações no Diário Oficial da União.*”

Porém, o “*governo do amor*”, não satisfeito, abriu cadastro para voluntários denunciarem o que consideram *fake news*; ou seja, uma “*rede de informação de combate às fake news*” que mobiliza pessoas a denunciar umas às outras.

Onde será que vi isso antes? Lembrei: na URSS.

Durante as primeiras décadas da União Soviética, denúncias eram feitas até por crianças contra os próprios pais. Muitos acreditavam sinceramente que estavam fazendo a coisa certa e necessária. O próprio Estado incentivava a população a redigir denúncias para identificar os “*inimigos do povo*” escondidos entre os “*trabalhadores honestos*”. Na edição de 1926 do Código Penal, os cidadãos soviéticos eram ameaçados com pena de prisão por “*não relatar sobre crimes contrarrevolucionários planejados ou cometidos*”. Ao mesmo tempo, denúncias falsas também podiam levar à prisão.

Na retórica do Estado soviético, as denúncias eram chamadas de “*sinais*”. Cada cidadão era obrigado a estar vigilante e “*sinalizar*” às agências policiais sobre qualquer “*pessoa suspeita*” que conhecesse.

O termo *fake news* (cunhado por *Donald Trump* em 2017, em coletiva, e direcionando sua fala para repórter da *CNN*) foi sequestrado pela ala progressista, assim como o termo *democracia*. Hoje, *fake*

Danielly Jesus

news se refere a qualquer notícia que seja anti-governo (de esquerda, claro), e democracia, todo ato do governo (de esquerda, obviamente); é como a frase de Millor Fernandes: “*Democracia é quando eu mando em você, ditadura é quando você manda em mim.*”

Então o governo petista é contra toda e qualquer prática de jornalismo? Não. Ele é contra aqueles que não concordam com o “*amor*”; contudo, seus companheiros são defendidos, mesmo que sejam estrangeiros.

No Domingo, 19 de Maio, Lula fez uma publicação em sua conta do twitter para tratar da “*perseguição*” contra o jornalista australiano *Julian Assange*:

“Julian Assange, o jornalista que deveria ter ganhado o Prêmio Pulitzer ao revelar segredos dos poderosos, ao invés disso está preso há 5 anos na Inglaterra, condenado ao silêncio de toda a imprensa que deveria estar defendendo a sua liberdade como parte da luta pela liberdade de expressão. Espero que a perseguição contra Assange termine e ele volte a ter a liberdade que merece o mais rápido possível.”

Para quem não está ligando o nome à pessoa, o australiano *Julian Assange* é o criador do *Wikileaks* e ganhou atenção internacional em 2010 quando o site publicou uma série de documentos sigilosos do governo americano que haviam sido vazados. A defesa de Assange sustenta que ele fez “*uma prática jornalística comum, de obter e publicar informações confidenciais, informações verdadeiras e de interesse público evidente e importante*”, enquanto a acusação critica o australiano por ter publicado nomes de pessoas que eram fontes de informação. Assange enfrenta 18 acusações sob a *Lei de Espionagem* dos EUA.

Mas por que Lula defende este jornalista em particular? Porque os tais documentos vazados comprometem os Estados Unidos, pois supostamente mostram que o país teria orquestrado a guerra do Iraque e do Afeganistão. E sabemos do ódio que Lula e sua turma nutrem contra o que chamam de “*imperialismo americano*”.

Em contrapartida, o jornalista que denunciou os hábitos etílicos de Lula foi quase expulso do Brasil; *Larry Rohter*, jornalista do *The New York Times*, escreveu: “*Luiz Inácio Lula da Silva nunca escondeu seu gosto por um copo de cerveja, uma dose de whisky ou, melhor ainda, um gole de cachaça, o potente licor brasileiro feito com cana-de-açúcar. Mas alguns de seus conterrâneos começaram a questionar se a predileção do presidente por bebidas fortes está afetando a sua performance no governo*”.

Me atrevo a dizer que esta citação, de 2004, é tão atual como na época em que foi escrita.

À época, o Ministério da Justiça informou que o visto de permanência de Rohter no Brasil seria suspenso. Na nota, a pasta alegava que a resolução havia sido tomada “*em face de reportagem leviana,*

Danielly Jesus

mentirosa e ofensiva à honra do presidente da República Federativa do Brasil, com grave prejuízo à imagem do país no exterior”.

Com tudo isso, como afirmar que temos liberdade de imprensa no Brasil? Apenas os que são “*amigos do rei*” (ou do cachaceiro, se o leitor preferir) são livres para falar – sempre contra o que denominam “*extrema direita*”.

De fato, realizar um trabalho jornalístico sério no Brasil é para corajosos; quem escreve ou possui canal no YouTube se arrisca todos os dias, com alta probabilidade de receber uma visita da polícia federal; o resto, é publicidade – para o governo.

[Canal Revista Conhecimento & Cidadania](#)

**REVISTA
CONHECIMENTO &
CIDADANIA**



**Inscriva-se no
canal!**

Sobre a liberdade de expressão



Nesse momento histórico temos vivido um fenômeno muito pontual; claro que todo fenômeno é resultado de uma ação, seja ela física ou não.

Há um clamor muito incisivo pelas liberdades individuais que de todas as formas, as pessoas veem escapar por entre os dedos, e por mais que se tente fechar as mãos parece que já não há forças suficientes para segurar o pouco que resta desse elemento humano tão precioso.

Eu poderia nessas linhas tratar do tema da liberdade de expressão de várias maneiras, mas escolhi explorar o ângulo filosófico do tema.

Para nossa sociedade é possível que se perca a liberdade por meios variados, entre eles os mecanismos do judiciário, mas, na verdade, e em verdade a liberdade é um poder próprio do ser humano e ela exige de nós um caráter ativo e forte.

Na perseguição organizada contra os cristãos, no passado, vimos este caráter sendo posto à prova e por inúmeras vezes levado às últimas consequências.

"Querias ser livre. Para essa liberdade só há um caminho: O desprezo das coisas que não dependem de nós.

Nestas palavras escritas pelo filósofo grego, Epíteto, há muito sobre o que pretendo trazer neste texto.

Edson Araujo

A liberdade é uma virtude e nela está a oportunidade de mostrar o quanto é valioso o momento de nos fazermos dignos dela, pois não somos nós que dependemos da Liberdade, mas é a liberdade que depende de nós para se manifestar neste mundo.

Se alguém de alguma maneira nos ameaça tirar a nossa liberdade é importante saber que isto é impossível, ou seja, que estejamos sem a liberdade. Há um valor inominável para os que têm sobre seus ombros essa virtude tão poderosa, e que não pode ser confundida com concessões ou direitos, que nos são outorgados, a liberdade nos é própria.

Para enriquecer o tema quero lembrar que a liberdade não atinge apenas o nosso aspecto físico mas também o espiritual pois se temos uma meta física, ela não será completa se não for regada pelo aspecto espiritual.

Aí está a resposta para uma pergunta muito antiga: o que levava aqueles homens e mulheres portadores do cristianismo ao coliseu e há tantos outros castigos com tanta altivez e dignidade?

Era exatamente a liberdade que lhes dava ingerência nos campos que deles dependiam uma ação.

Talvez alguém diga: “Mas sem liberdade eu não poderia sair de um lugar para outro sem liberdade eu não poderia expressar minhas opiniões”...

Na verdade ninguém poderia nos tirar a liberdade para qualquer meio; apenas nos exigiriam o preço para tal, ou seja, você não teria mais o direito de falar, caso fale alguma coisa perderá o direito de andar livremente pela sociedade, ou seja, seria preso, mas a pergunta que não quer calar é mesmo preso não exerceria sua liberdade de falar?

Talvez se alguém imputasse um castigo que lhe impedisse de se expressar através da fala a liberdade buscaria o caminho do pensamento, buscaria o caminho da reflexão, o caminho da imaginação, e ela sempre existiria seja no campo material ou no campo sutil e enquanto houver alguém que possa expressar em qualquer dos seus Campos a liberdade, ela estará de pé.

Tenho refletido sobre os clamores de nossa sociedade em querer mais liberdade de expressão, mas porque não preservamos que já havíamos conquistado?

Na verdade, não se experimentava a liberdade e sim os direitos e concessões que o estado nos ofertaram.

Um homem livre é simplesmente imparável, pois a liberdade é um poder mental e os que dela não fazem uso tornam-se débeis, fracos, sem vigor, e nesses caules a liberdade não estende seus ramos.

O que pretendo colocar é a liberdade no sentido filosófico, e ela não foi feita apenas para expressar opiniões, por exemplo, mas para expressar o que de fato fomos chamados a fazer.

Isto não é outra coisa se não as ações de próprio Deus.

Edson Araujo

Sabemos que no passado milhares ou talvez milhões de pessoas pagaram um alto preço para continuarem expressando aquilo que lhes era mais caro; seu aspecto divino.

Penso ter deixado claro que a liberdade para ser manifestada exigirá de nós seu lugar, muitas vezes ocupado pelos direitos e concessões do estado.

Vemos isto nos dias atuais que para fazerem uso dos direitos que o estado nos dá temos que negociar muitas vezes uma parcela de nossa honra, dignidade e consequentemente nossa liberdade.

Nesse caso, já não somos livres.

Porém se pagarmos o preço, Deus se manifestará, e sendo assim teremos dado mais um passo seguro em direção a vitória.

Lembro que trago aqui o conceito filosófico de liberdade como virtude, e são as virtudes que nos tornam humanos.

Sendo a liberdade um poder mental, se te fizerem acreditar que podem tirá-la de você, assim será.

Com tudo, se estiver enraizado em você o real valor da liberdade será impossível que a tirem de você, pois sem liberdade não há também honra, valor, dignidade, entre outras virtudes.

Em síntese, parafraseando o estoico, Epíteto, “aprenda o significado do que você diz, e depois diga” ou seja, temos que aprender o real significado daquilo pelo qual lutamos, caso contrário empregaremos nossa energia em um alvo vazio, e voltaremos cansados a estaca zero.

Lembremos que foi assim que perdemos alguns dos poucos direitos que tínhamos, não sabendo o real valor e significado.

Devemos lutar pelos nossos direitos como homens e mulheres livres e não como escravos que querem as migalhas da concessão, se não for assim apenas alcançaremos a chamada satisfação do prazer imediato que traz alegria pela ausência da dor e não por ela mesma.

Negociamos nossa liberdade por direitos e concessões e ao vê-los escapar por nossas mãos pretendemos recuperá-los para de novo os colocar no lugar da Liberdade?

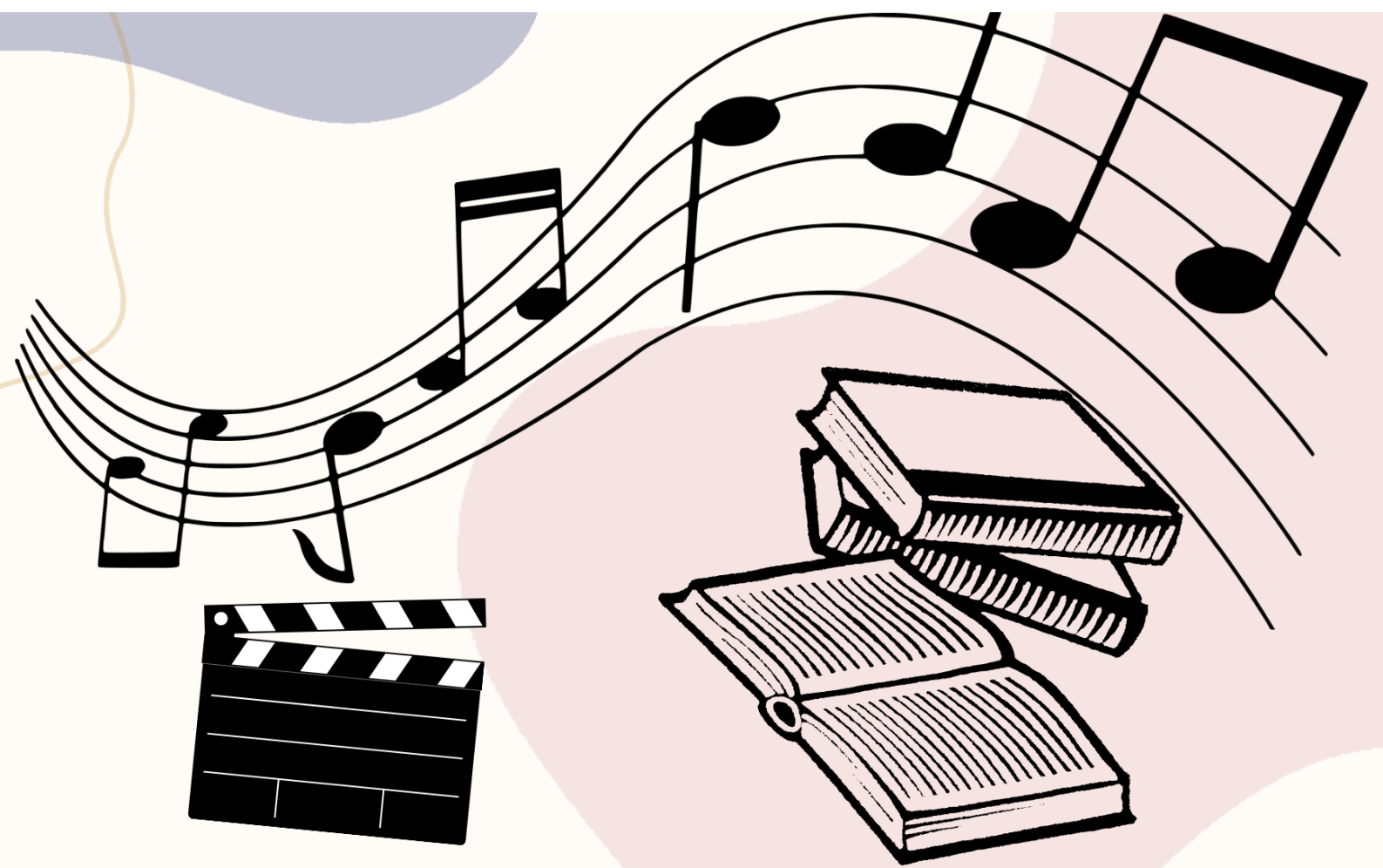
Que esta militância não seja por migalhas, e sim pelo que de fato nos levará a sociedade que nos é ideal.

Uma sociedade de homens e mulheres realmente livres.

Portanto, aprendamos primeiro sobre o que é a liberdade, caso contrário receberemos gato por lebre.

Que Deus abençoe nossa jornada!

Caderno Variedades



Neste caderno encontrarão sugestões culturais. Dicas de filmes, livros, poemas, música.

Edição realizada por Leandro Costa

Dica de Canal no Youtube



Impérios AD

Sobre o canal:

História, cultura e batalhas dos maiores impérios e nações do mundo em animações insanas com muito humor.

Fonte: Impérios AD

Nossa opinião :

Canal do historiador Thiago Braga focado em História, cultura e batalhas dos maiores impérios e nações do mundo em animações insanas com muito humor.

Os vídeos são apresentados de forma clara e bem-humorada, com animações que ajudam na compreensão dos eventos narrados. As pitadas de humor são um atrativo à parte e a forma de transmitir a mensagem é coerente e interessante para todas as idades.

Por mais que o canal trata eventos históricos com bom humor, a apresentação faz questão de citar fontes históricas para deixar evidente que o conteúdo é sim levado a sério.

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania

SIGAM-ME *Nas redes sociais*



Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



@revistaconhecimentocidadania



@revistaconhecimentocidadania



@RevConhecimento



